MÁRCIA VALÉRIA DA SILVA DE BRITO COSTA

BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS. EXISTE MODELO?

RIO DE JANEIRO
1999

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO UNI-RIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS—CCH
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU
FORMAÇÃO DE DOCENTES DE NÍVEL SUPERIOR

BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS. EXISTE MODELO?

MÁRCIA VALÉRIA DA SILVA DE BRITO COSTA

Orientadora: Prof. Dr.ª Angela Maria Souza Martins

Monografia apresentada ao curso de Especialização Lato Sensu Formação de Docentes de Nível Superior da Universidade do Rio de Janeiro como requesito parcial para a obtenção do Título de Especialista

RIO DE JANEIRO
1999

COSTA, Márcia Valéria da Silva de Brito. Bibliotecas Universitárias Brasileiras: existe modelo? Rio de Janeiro, 1999. 56f. Monografia (Especialização em Formação de Docentes de Nível Superior) – Escola de Educação, Universidade do Rio de Janeiro, 1999.

C837b Costa, Márcia Valéria da Silva de Brito, 1964-
Bibliotecas Universitárias Brasileiras: existe modelo?/ Márcia Valéria da Silva de Brito Costa. Rio de Janeiro, 1999.
56f.
Bibliografia: f.54-6
Monografia (Especialização em Formação de Docentes de Nível Superior) – Escola de Educação, Universidade do Rio de Janeiro, 1999.
1.Bibliotecas universitárias – Brasil. 2. Bibliotecas Universitárias – avaliação. 3. Bibliotecas universitárias – aspectos sociais. I. Título

CDD 027.70981

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO 1

2 –ASPECTOS HISTÓRICOS 4

2.1 - O Ensino Superior no Brasil 8

2.2 – Bibliotecas Universitárias Brasileiras 13

3 - TRANSDISCIPLINARIEDADE: AS NOVAS TECNOLOGIAS E A FORMAÇÃO DE NOVOS USUÁRIOS. 18

3.1 - O Mito da Biblioteca Modelo 20

3.2 - O Ciclo da informação 23

4 - AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA E CARIBE: A VISÃO NEOLIBERAL. 24

5 - A REORGANIZAÇÃO DO ENSINO BRASILEIRO: AVALIAÇÃO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS 31

5.1 - Avaliação da Graduação 32

5.2 - Avaliação da Pós-Graduação 34

5.3 - A efetivação da avaliação: quatro momentos básicos: 35

6- AS MELHORES UNIVERSIDADES BRASILEIRAS E SUAS BIBLIOTECAS 38

6.1 - Quadros e Gráficos comparativos 39

6.2 - Limitações da Análise 49

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS 52

8 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 54

1- INTRODUÇÃO:

Hoje experimentamos talvez, o momento de maior liberdade intelectual da história das universidades no Brasil. Mas também enfrentamos uma crise econômica e social sem precedentes. Crise que traz angustias e incertezas que antecedem a chegada de um novo século.

Para muitos o século XXI é a concretização do futuro, para outros é tempo de reflexão e análise da nossa condição humana. Nesta época de crises, principalmente a dos paradigmas, nos parece oportuno questionar para onde estão caminhando nossas bibliotecas universitárias? Ou melhor, o que são hoje as bibliotecas universitárias brasileiras? E o que serão no próximo século?

Na conceituação atual, bibliotecas universitárias são espaços de leitura, organização, guarda e obtenção de informações. Estes espaços existem como órgãos suplementares dentro da estrutura universitária destinados, a apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Encontrar um conceito de Universidade que consiga traduzir todas as funções desempenhadas por esta agência social ao longo da história não é tarefa das mais simples. Como pressuposto inicial, partiu-se da premissa de que Universidades e Bibliotecas são agências sociais organizadas para atender a certas necessidades de um grupo social ou da sociedade em geral. Por este motivo, podemos afirmar por consenso que a universidade é uma Instituição de ensino superior que compreende um conjunto de unidades de ensino – institutos, faculdades ou escolas – destinada a formação de profissionais e pesquisadores, nos diversos campos do

conhecimento, com a missão precípua de garantir a conservação e o progresso do conhecimento, através do ensino e da pesquisa.

A utilização das bibliotecas pelas universidades, determinou mudanças e transformações em ambas. Estas alterações, no caso das bibliotecas, podem ser observadas na composição de seus acervos, natureza, funcionamento e organização. Vale lembrar que as bibliotecas são instituições anteriores ao surgimento das Universidades, praticamente nasceram junto com os primeiros registros do homem, sendo assim já possuem uma bagagem de mudanças e adaptações aos diversos momentos históricos da humanidade.

Neste instante histórico onde as transformações da sociedade adquirem um ritmo intenso, embora irregular, considero ser necessário buscar nossas experiências do passado recente para não perdermos o rumo no futuro. É este o objetivo do capítulo dois deste trabalho, onde busco um rápido resgate das condições de implantação do ensino superior no Brasil, o desenvolvimento da relação Universidade/ bibliotecas, assim como um breve enfoque da crise de identidade das universidades nos anos 60 e 70. No capítulo três faço um pequeno recorte das mudanças tecnológicas e informacionais que estão repercutindo na educação e formação dos futuros universitários, assim como o impacto destas mudanças na organização das bibliotecas.

Outro aspecto que considero importante analisar são as diretrizes internacionais voltadas para educação, ditadas por "autoridades globais" que não estão comprometidas com o desenvolvimento de Nações como a nossa, rotuladas de Periféricas, e os critérios da atual política de avaliação do ensino superior, implantados pelo governo brasileiro. Por fim, tento

identificar o modelo de biblioteca universitária brasileira analisando o produto da avaliação do governo: o *ranking* das melhores universidades do país neste final de século.

Baseados nesta argumentação bem estruturada, o governo Fernando Henrique Cardoso deu início a um programa amplo de avaliação do ensino superior brasileiro, neste programa um dos itens

2 – ASPECTOS HISTÖRICOS

Nos primórdios da Universidade as bibliotecas foram herdadas da antigüidade segundo MARTINS[1] eram locais " (...) *onde o livro, a palavra escrita eram o mistério, o elemento carregado de poderes maléficos para os não iniciados* (...)". Esta condição nomeou o lugar biblioteca como santuário, local onde se esconde o livro, e poucos tem acesso.

Neste período, alta Idade Média, a educação era privilégios de poucos, e destinada a formar uma pequena parcela de altos funcionários dos reinos, ou o alto clero. Nesta fase inicial as universidades nada mais eram que "escolas privadas e independentes (...) cada uma delas reagrupadas ao redor de seu mestre", o que tornava *as bibliotecas santuários* perfeitamente enquadradas a esta realidade.

Em nenhum lugar do Velho Continente as universidades seguiram um modelo único de organização. No norte da Europa as universidades eram associações de mestres, nas regiões mediterrâneas foram antes de tudo associações de estudantes, que oriundos de vários lugares da Europa reuniam se nas "Comunas", locais onde obtinham uma certa isenção das diversas cobranças da população local, e onde definiam o tipo de ensino que desejavam. Estes dois modelos fizeram surgir diferentes formas de administração que influenciaram o desenvolvimento das Universidades.

A medida que a sociedade européia foi se desenvolvendo o ensino superior foi sofrendo significativas alterações. As formações antes tão necessárias a sociedade (advogados, clérigos, e médicos,) já não

[1] MARTINS, W. A palavra escrita. São Paulo. Ática. 1996 P.71

correspondem as necessidades da nova Europa, organizada agora com uma vocação mercantilista. Nesta época, séc. XV, a Europa sofre profundas alterações econômicas e sociais.

Com as novas descobertas, o mundo ganha outra dimensão. O desenvolvimento do comércio e das cidades, o surgimento de uma nova classe social – a burguesia, outros povos, outro tipo de conhecimento, novos Estados Políticos, crescimento demográfico, necessidade de aumentar o número de pessoas que sabiam ler, escrever e realizar cálculos.

Todos estes fatores criaram um grande interesse sobre o que já era conhecido a respeito do mundo, encontrar as respostas, descobrir o que não foi dito. Eram alguns dos diversos pontos que tanto despertavam a curiosidade do homem urbano. Em que lugar a sociedade guardava estas informações? Como fazer circular tanta novidade?

O resgate e o interesse por escritos antigos, propiciou algumas transformações na sociedade, neste período o comércio livreiro ganha força e algumas transformações ocorrem nas bibliotecas universitárias, talvez a mudança mais conhecida seja o "livro acorrentado"[2] recurso utilizado em função do aumento do número de leitores e da inexistência de muitos exemplares de uma mesma obra.

Alguns serviços também são introduzidos nesta época: o empréstimo domiciliar e o empréstimo a "grandes distâncias" princípio filosófico do atual empréstimo entre bibliotecas, ambos muitas vezes realizados mediante pagamento de grandes quantias; a ampliação dos espaços destinados aos leitores; mesas individuais de leitura (Oxford em

[2] OLIVEIRA, J. As bibliotecas. p.288

1410); e cabines individuais de leitura.[3]Além da difusão do livro como objeto de uso pessoal.

No séc. XVIII, graças as novas formas de produção introduzidas na Europa pela Revolução Industrial, principalmente na Inglaterra, surge uma nova ordem social, com novos princípios e novos valores. A burguesia já se encontrava consolidada e a busca por mudanças sociais, sem a tutela da Igreja, são necessárias para dar continuidade as transformações das formas de "produção da vida material e de relações sociais entre os homens"[4].

O trabalho parcelar[5] introduzido na sociedade, surge conjuntamente com o projeto burguês de *educação e cidadania para todos*. Este projeto, que tinha como principal objetivo legitimar a nova ordem social, defendia a educação comum para todos mas, mantinha o ensino superior como privilégio da nova classe dominante.

A nova ordem social encontra na estrutura universitária, corporativista e herdeira dos ensinamentos ultrapassados da Idade Média, um grande obstáculo para suas pretensões.

A formação profissional necessária a esta nova realidade de produção passa a ocorrer fora das universidades, seja pela iniciação familiar, pelas leituras pessoais ou principalmente pela atuação das associações particulares[6], responsáveis por muitas pesquisas e geradoras de um novo saber, o saber científico.

---

[3] OLIVEIRA, Op. Cit. p.288-289

[4] BUFFA, Educação e cidadania. São Paulo. Cortez. 1993.p.12

[5] trabalho dividido em partes diferentes, executados por trabalhadores distintos. BUFFA, Op. Cit.p.13

[6] Estabelecimentos totalmente independentes das universidades abertos às novas idéias e a novas pedagogias, divididos em Centros de Excelência com vocação cultural e as academias que apesar de não se dedicarem ao ensino eram muitas vezes dotadas de grandes bibliotecas.(CHARLE, p.64-65) e

O novo saber não é mais apoiado na fé mas, baseado exclusivamente no uso da razão e comprometido com a solução dos problemas nacionais. O saber científico se apresenta de forma compartimentada e passível de sofrer alterações - dinâmico, diferente do conhecimento estático e limitado difundida no período anterior.

Ë o início das especializações, do homem moderno, do desenvolvimento de novas técnicas de produção, do aumento dos registros produzidos pela sociedade, da organização formal da educação, do aparecimento do livro didático, do comércio livreiro, do acumulo de recursos financeiros gerados pelo comércio, da estabilidade política dos povos Europeus. Estas condições facilitaram o surgimento de várias bibliotecas públicas e especializadas, e também o surgimento de uma nova universidade, com um eixo de formação diferente, privilegiando as áreas técnicas necessárias ao desenvolvimento das sociedades, e dedicando se a pesquisa.

Novas formas e técnicas de ensino são implementadas na educação, principalmente a universitária. A multiplicação de seminários, a criação de novas disciplinas como Filologia, História, Matemática, Física, e principalmente o uso de novos recursos educacionais, como o uso de laboratórios e bibliotecas.

Na Europa o projeto burguês encontra no ensino básico um mecanismo de legitimação do seu poder, já nas colônias o ensino adquire outras proporções, dependendo do tipo de relação estabelecida pela metrópole. A maneira como foi estabelecido o relacionamento

---

substituíam em grande escala as universidades, como conselheiras dos Príncipes e instâncias legitimadoras do saber. Algumas são famosas até hoje é o caso das Royal Society.

metrópole/colônia, determinou as diferenças estruturais que encontramos tanto na América do Norte como na América Espanhola que herdaram e modificaram de acordo com seus interesses a estrutura educacional européia, no caso específico do Brasil, onde o ensino, a imprensa e as bibliotecas foram proibidas por lei.

2.1 - O Ensino Superior no Brasil

Nos primeiros anos da colonização do Brasil não houve implantação de escolas, nem tampouco de bibliotecas. O ensino desenvolvido pelas ordens religiosas, cursos de arte e teologia, eram voltados exclusivamente para reprodução interna de seus quadros. E não poderia deixar de ser, uma vez que o Sistema colonial implantado, determinava o que produzir e como produzir.

A exploração latifundiária e o trabalho escravo não necessitavam de aparelhos reguladores da população, como o registrado na Inglaterra, que implantou as primeiras bibliotecas públicas como instrumento de controle da população de desempregados que surgiram em conseqüência do uso das primeiras máquinas. Era necessário preencher o tempo destes trabalhadores sem trabalho, a criação de locais públicos confortáveis e com informações variadas foi uma alternativa encontrada por este país.

No Brasil, as modificações no sistema de ensino começaram a ocorrer com a vinda da corte portuguêsa em 1808. As primeiras escolas superiores que temos registro foram as escolas médicas no Rio de Janeiro e a de Salvador na Bahia. Estas escolas eram destinadas a formar cirurgiões para as forças armadas. Foi com a transferência da corte portuguesa, que

trouxe em sua bagagem a Biblioteca Real, que o Brasil teve sua primeira biblioteca. Também são deste período as primeiras prensas, que originaram os primeiros periódicos e os primeiros livros oficialmente produzidos no Reino, as primeiras livrarias, e as primeiras pesquisas científicas.

Estas mudanças na vida intelectual do país não foram suficientes para modificar o quadro econômico e social do país. O ensino superior era ministrado apenas em Escolas Isoladas, não existindo Universidades como na Europa ou nas Colônias Espanholas. De 1808 a 1819 foram criados mais de quatorze Escolas Superiores[7] no Reino. Eram Escolas nos mais variados assuntos, Medicina, Botânica, Engenharia, Direito, Comércio, Política, Agricultura, Química, Farmácia, entre outros.

Na época da Independência[8] do Brasil, menos de 3% da população era alfabetizada. Uma guerra com Portugal, uma crise econômica, a necessidade de reconhecimento diplomático, e a divisão entre portugueses e brasileiros eram questões, por si só complicadas. Estes problemas tinham de ser superados enquanto se decidiam os caminhos de longo prazo: fazer uma Constituição que definisse as regras de governo, implantar uma política econômica, traçar a estratégia de inserção do país no mundo, definir o caminho da sociedade, criar um sistema de educação.

O Brasil tinha, em 1822, cerca de 3 milhões de habitantes. Quase metade era constituída de escravos, e um quarto de índios, muitos dos quais escravizados. O quadro da população brasileira dizia muito sobre a

---

[7] Para mais dados sobre os cursos superiores do Brasil ver ...Ensino superior no Brasil.p.417-445
[8] CALDEIRA, Jorge. **Viagem pela História do Brasil.** São Paulo, Cia. das letras, 199

sociedade do novo país. Esta tinha como fundamento a escravidão de negros e índios.

De uma coisa Portugal nunca poderá ser acusado: tentar implantar Universidades no Brasil. Em trezentos anos de colonização, seu empenho educativo limitou-se à autorização para o funcionamento de escolas isoladas. Numa sociedade em que o principal objetivo da elite econômica era o ócio e na qual era insignificante o peso da cultura escrita, o ensino superior não era almejado pela população.

Para quase todos os brasileiros, em 1822, o modelo de escravidão, era tão abrangente que determinava a economia, a sociedade, a cultura e o comportamento, sendo tão natural como beber água. Porém, a realidade fora do Brasil mudara depressa. No início, o modelo escravista era muito produtivo, se comparado ao da Europa medieval. Porém, no século XIX, com as revoluções burguesas européias, veio o novo modelo de produção, o capitalismo, no qual a produtividade era muito maior. Comparada a ele, a escravidão deixava de ser um bom negócio – como já haviam descoberto os ingleses.

Para ter a Independência reconhecida, d. Pedro I foi buscar apoio na Inglaterra. Queria dinheiro para arrumar a economia, ajuda para o reconhecimento do novo país e solução para um projeto pessoal: mesmo sendo imperador do Brasil, continuava herdeiro da Coroa portuguesa e não queria perder este título. Os ingleses foram hábeis e negociaram ao mesmo tempo com Portugal e o Brasil, que estavam em guerra. Aproveitaram ao máximo a situação. Emprestaram dinheiro caro e exigiram privilégios econômicos.

No decorrer do século XIX, o Brasil recebeu a visita de grandes cientistas e escritores europeus, estas visitas fizeram um inventário da nossa sociedade, cultura e natureza. O resultado destas visitas nem sempre ficou claro para sociedade da época, que desejava a criação de uma Universidade, várias tentativas são registradas na nossa história, nenhuma com êxito.

Finalmente, em pleno século XX, mais precisamente em 1920, em pleno período entre guerras, o governo brasileiro de Epitácio Pessoa desejando fornecer o título de doutor *Honoris causa* ao rei Alberto I da Bélgica reúne a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro(1808), a Faculdade de Direito(1891), e a Escola Politécnica (Engenharia –1810 e 1816 para Belas-artes)esta reunião deu origem a Universidade do Rio de Janeiro, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Produto deste século as universidades brasileiras já nasceram em crise. Crise principalmente de identidade, uma vez que não experimentaram o crescimento normal de sua estrutura, nem tampouco cresceram por desejo legítimo de uma sociedade em um desenvolvimento autônomo.

Nos anos 60 a sociedade brasileira enfrentou grandes transformações de suas instituições sociais, tendo em vista o caráter da modernização do país. Modernização entendida como instrumento ajustador ao modelo de desenvolvimento econômico assumido pelo Estado. Na educação, ocorreram várias reformas, entre elas a universitária, cujo objetivo era ajustar a escola superior às necessidades do moderno núcleo industrial e tecnológico que era implantado no país.

O modelo de universidade adotado no Brasil neste período, por ter sido importado da sociedade americana, baseado principalmente nos acordos MEC-USAID, contribuiu para agravar a crise de identidade da universidade brasileira. Segundo Darcy Ribeiro, a superação de tal crise poderia ser obtida a partir de duas linhas políticas.

A primeira, que ele denomina "modernização reflexa", diz respeito ao aperfeiçoamento tecnológico de nossas universidades a fim de aproximá-las às suas congêneres em países desenvolvidos.

A segunda, designada "crescimento autônomo", segundo o autor, "*parte da suposição de que a universidade, como uma subestrutura inserida numa estrutura social global, tende a operar como órgão de perpetuação das instituições sociais, enquanto atua espontaneamente; e que só poderá representar um papel ativo no esforço de superação do atraso nacional, se intencionaliza suas formas de existência e de ação com este objetivo*".

Assim, a política modernizadora tende apenas a tornar a universidade mais eficiente, ao contrário do crescimento autônomo, que exige uma postura crítica baseada em diagnóstico, planejamento, escolha estratégica de objetivos, o que proporciona o real desenvolvimento da universidade.

2.2 – Bibliotecas Universitárias Brasileiras

A biblioteca universitária entendida como laboratório, espaço destinado a criar condições para busca de respostas comprometidas com o desenvolvimento autônomo da sociedade, deve ser um suporte fundamental do ensino e da aprendizagem nas universidades.

Porém, no Brasil, as bibliotecas universitárias vem ocupando um lugar diferente, são encaradas muito mais como salas de estudos, locais de reprodução de textos previamente indicados, e muitas vezes funcionando como depósitos de livros. Depósitos, uma vez que estes livros não apresentam nenhuma possibilidade de uso por parte da comunidade. Este uso superficial da biblioteca se constitui em mais um dos problemas da universidade brasileira.

Segundo Miranda, num trabalho do final da década de 70, "a Biblioteca sempre desempenhou um papel secundário na vida universitária brasileira. O sistema de ensino tradicional forçou o alunado a um uso excessivo do livro texto, apostilas e anotações de classe, conferindo à pesquisa bibliográfica uma condição marginal e até dispensável, em certos casos. O apelo a outros veículos de informação – o periódico, os multimeios educacionais, as microformas – é ainda acidental ou pouco difundido."[9], ainda hoje, esta situação permanece inalterada.

Na década de 80 muitas tentativas de modernização foram feitas, principalmente por parte do governo, que criou diversos programas de apoio as bibliotecas universitárias. Em 1986 criou o Programa Nacional de

[9] MIRANDA, Antônio. Biblioteca e universidade: reforma e contra-reforma. [Brasília]. s.d. (mimeografado)

Bibliotecas Universitárias - PNBU com seus programas de aquisição de livros para graduação - PROBIB e o PAP – Programa de Aquisição Planificada de periódicos para a pós-graduação.

Dois problemas se apresentam como mantenedores da situação teoricamente de inferioridade das nossas bibliotecas universitárias: o primeiro relacionado com a idéia que a comunidade universitária tem do que seja biblioteca, suas funções, e suas possibilidades; e o segundo relacionado a posição que as bibliotecas ocupam dentro da estrutura universitária brasileira.

O primeiro problema, o de identidade apresenta-se com muitas possibilidades de análise. Pode ser relacionado com fatores históricos de formação da maioria das universidades brasileiras, cuja a tradição de reunir escolas superiores isoladas dificultou a aceitação e compreensão do sentido original de universidade. Outro aspecto é a idealização do que é e representa uma biblioteca universitária. Muitos docentes que realizaram estudos de pós-graduação em países desenvolvidos trouxeram gravado em sua memória um modelo de biblioteca que não condiz com a conjuntura brasileira. Muitos destes docentes ocupam hoje posição de direção nas universidades brasileiras, e pouco fazem para modificar esta situação.

O segundo problema, o de caráter estrutural é talvez o de maior peso para as biblioteca universitárias brasileiras, porque além de enfrentar os problemas mencionados acima, que dificultam o estabelecimento de suas funções, seus serviços e metas, sofre influência direta na distribuição do orçamento universitário. Buarque menciona que no Brasil "(...) sempre se deu muita atenção a construção de prédios, inclusive de

bibliotecas do que a formação de acervos (...)"[10], este ponto levantado pelo autor é um dos aspectos mais visíveis da questão.

Os recursos destinados a formação de acervos, aquisição de equipamentos, e o desenvolvimento de recursos humanos nas bibliotecas universitárias é um problema anterior a atual crise financeira por que passam as universidades brasileiras. Só que a própria crise financeira está trazendo novas perspectivas para nossas bibliotecas.

A dotação orçamentária destinada a ampliação de oferta de informações é um dado que passa a ter um peso maior, uma vez que a divulgação do número do acervo disponível para uso nas bibliotecas universitárias é agora obrigatório. Esta informação deve constar dos catálogos das universidades, e será provavelmente, mais uma fonte de avaliação da qualidade do ensino oferecido.

O que temos hoje nos países desenvolvidos como universidades modernas é, na realidade, o produto da união de várias instituições de ensino, que se agregaram ao longo de sua história, com os objetivos variados de instruir, educar e formar profissionais que atuassem conjuntamente na busca de soluções para um desenvolvimento equilibrado do futuro da sua sociedade.

No que diz respeito ao Brasil, o desenvolvimento equilibrado se traduz em encontrar caminhos que atendam os interesses das diferentes classes sociais. Aqui, a função da universidade é de diminuir as distâncias que existem tanto no plano econômico, político e social. Se a função da universidade brasileira é esta deveríamos nos perguntar: como as

[10] BUARQUE, Cristovam. A aventura da universidade. São Paulo, UNESP, 1994. P.169

bibliotecas universitárias brasileiras podem ajudar a diminuir estas distâncias?

Este tipo de questionamento passa por uma avaliação do ensino ministrado e do modelo de biblioteca adotado, ora qualquer avaliação se processa mediante a comparação do objeto de estudo com algum parâmetro que tenha sido estabelecido e aceito. No Brasil o "modelo ideal" de universidade e consequentemente o de biblioteca universitária[11] foi baseado no modelo americano. Esta preferência, como vimos, teve origem com a reforma universitária da década de 60.

Se a questão é simplesmente copiar um modelo estrangeiro, deveríamos tomar qualquer universidade americana como padrão, só que a realidade não se apresenta de uma única maneira, nem mesmo nos Estados Unidos. Vários modelos de universidade, ou ensino superior, podem ser observados na sociedade americana, segundo Wolff[12], há basicamente quatro modelos: a universidade como santuário do saber, a universidade como campo de treinamento para as profissões liberais, a universidade como agência de prestação de serviço, e a universidade como linha de montagem para o homem do sistema.

A cada tipo de universidade corresponde um tipo de estrutura administrativa e uma política de gestão que leva em consideração os objetivos da instituição. Será que a cada tipo de universidade corresponde um tipo de biblioteca? Se adotamos o modelo americano de universidade deveríamos pelo menos adotar um modelo que correspondesse ao nosso

[11] Numa crônica lida num jornal de grande circulação um autor brasileiro, reconhecido no meio acadêmico e intelectual, dizia ter conhecido o paraíso por ter estudado numa biblioteca universitária americana.

ideal de universidade. Mas afinal, qual é o modelo ? Quais serão os fatores que influem na formação destas agências?

[12] WOLFF, Robert Paul. Ideal da universidade. São Paulo, UNESP, 1993. P.27

3 - TRANSDISCIPLINARIEDADE: AS NOVAS TECNOLOGIAS E A FORMAÇÃO DE NOVOS USUÁRIOS.

Existem hoje na sociedade um conjunto de fatores que vem alterando de forma significativa as relações econômicas, políticas, sociais e culturais. Este conjunto de mudanças é sentido diretamente no planejamento e práticas de ensino, assim como no ciclo da informação.

Atualmente encontramos muitas fontes que se dedicam a discutir os novos rumos da educação. O reconhecimento das inteligências múltiplas no mundo pós-moderno é um destes caminhos. Entende-se por inteligências múltiplas as diversas habilidades cerebrais que o ser humano pode desenvolver. Habilidades tais como: a musical, a lógico-matemática, a intrapessoal, a espacial, a lingüística, a interpessoal, a corporal-cinestésica, e a naturalística. O reconhecimento destas formas de percepção e expressão estão provocando uma restruturação, nos métodos de ensino, nos recursos informacionais e na estruturação da maioria das instituições de ensino.

A questão da transdiciplinaridade na ciência é um tema específico dos campos da Filosofia, e da Teoria do conhecimento. Esta discussão encontra na área de educação um campo de aplicação e análise. Segundo Morin[13] entende-se como transdiciplinaridade o saber desenvolvido de forma a permitir distinguir, separar, opor, e portanto, dividir relativamente os domínios científicos tornando possível a comunicação entre as diversas áreas do conhecimento humano. O autor acredita que esta prática irá permitir uma maior reflexão sobre o efetivo conhecimento produzido,

[13] MORIN, Edgar. A antiga e a nova transdisciplinariedade. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1998.135-140p.

trazendo de volta o sujeito como co-produtor das estruturas do espírito humano e das condições socioculturais do conhecimento.

Também podemos entender transdiciplinaridade como uma colaboração entre as diversas disciplinas, isto é, a produção de um conhecimento que não precisa ser necessariamente inédito, porém precisa integrar os vários olhares chegando mais próximo da realidade.

Ao mesmo, tempo temos também a revolução tecnológica, que altera profundamente as formas de comunicação, e os suportes da informação, mudando seus usos, forma de estocagem, conservação, e divulgação. A introdução das novas tecnologias da informação: microcomputadores, CD-ROM, arquivos eletrônicos de texto, som e imagem, navegação por hipertexto, multimídias, etc., trouxeram grandes e definitivas mudanças na sociedade. Estas tecnologias associadas às mudanças do ensino e da aprendizagem, aliadas ao novo paradigma da produção do conhecimento resulta na formação de uma nova geração de alunos. Estes alunos são diferentes dos até hoje conhecidos, são mais habilidosos no domínio das novas tecnologias, mais aparelhados e estimulados cognitivamente, e com interesses e necessidades diferentes dos até hoje observados.

3.1 - O Mito da Biblioteca Modelo

No caso específico das instituições que têm sua atuação baseada no ciclo da informação a transdisciplinariedade sempre esteve presente, uma vez que o próprio ciclo da informação agrega várias disciplinas que reunidas dão origem a uma nova ciência, a Ciência da Informação, que trabalha com a informação.(ver quadro 1)

As informações produzidas pela sociedade dificilmente podem ser classificadas em categorias fixas e imutáveis. Essas informações são trabalhadas e disponibilizadas conforme as necessidades e características de um determinado grupo, de forma a garantir a recuperação. É no momento da procura ou busca que as interseções de significado acontecem, talvez por este motivo não encontramos debates neste campo dentro da evolução histórica das bibliotecas. Pelo contrário, o principal meio de disseminação dos vários tipos de registros da produção e do pensamento da humanidade, têm sido as instituições de memória: Bibliotecas e Museus. Estas instituições só passaram a se organizar de forma disciplinar a partir da Idade Moderna. Portanto, apresentam uma ampla história transdiciplinar.

Um exemplo é o descobrimento da biblioteca de Ebla que trouxe muitas informações sobre as civilizações que habitaram a região da Mesopotâmia no período entre o sexto e o primeiro milênio a.C., isto só foi possível graças a variedade e natureza das informações armazenadas, que forneceram um quadro bem completo destas civilizações. Será que teríamos acesso a este conjunto de informações se ao invés de concentrar todos os registros num único local estes povos tivessem criado várias "bibliotecas" ? Todas organizadas de acordo com "disciplinas".

Em toda história registrada, o homem sempre perseguiu o sonho da biblioteca universal completa e perfeita. O que dizer da Biblioteca de Alexandria tesouro da humanidade perdido? Esta biblioteca existiu por mais de mil anos e acabou sem deixar vestígios. Segundo a visão de Borges[14] a Biblioteca ideal é total porque "(...) em suas prateleiras registram todas as possíveis combinações dos vinte e tantos símbolos ortográficos (número, ainda que vastíssimo, não infinito), ou seja tudo o que é dado a expressar; em todos os idiomas. Tudo: a história minuciosa do futuro, as biografias dos arcanjos, o catálogo fiel da biblioteca (...)". Esta idéia romântica, e aparentemente caótica podemos dizer que tem hoje sua tradução : Internet.

Outra visão inquietante a respeito de biblioteca total é a do historiador Roger Chartier[15]. Este autor afirma que com as novas tecnologias poderemos alcançar o ideal de biblioteca universal. " (...) Com a transmissão eletrônica dos textos pode[-se] teoricamente atingir qualquer leitor em qualquer espaço. Supondo que todos os textos existentes, manuscritos ou impressos, sejam convertidos em texto eletrônicos, a disponibilidade universal do patrimônio escrito se tornaria possível." Diferente de Borges que contava apenas com sua visionária imaginação, Chartier apresenta esta idéia baseado nas atuais possibilidades da tecnologia disponível.

Sobre prognósticos do futuro das bibliotecas Cavalcanti[16] menciona algumas datas: o ano de 2043 para digitalização de toda a biblioteca do

---

[14] BORGES, Jorge Luís. A biblioteca de Babel. **Ficções.** São Paulo.7 ed.Globo. 1997. 84-92p.

[15] CHARTIER, Roger, CAVALLO, Guglielmo. Introdução. **História da leitura no mundo ocidental**. V.1 São Paulo. Ática. 1998.

[16] CAVALCANTI, Cordélia Robalinho. **Da Alexandria do Egito à Alexandria do Espaço**. Brasília. Thesaurus, 1996. 24.1.2.2

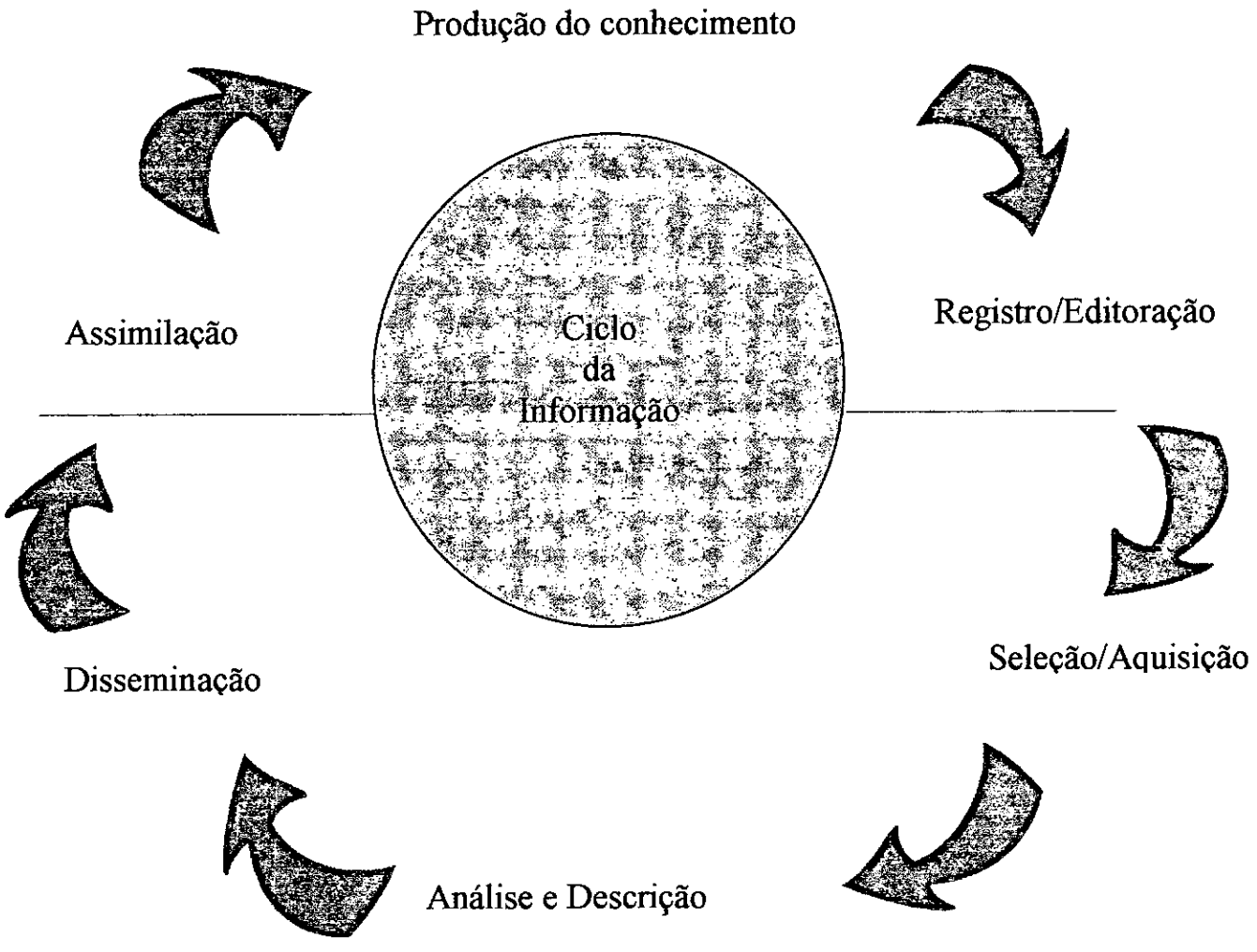
Congresso Americano, 2016 para primeira grande biblioteca virtual, 2003 para acesso livre a Net nas bibliotecas públicas americanas e 2005 para a realidade virtual nas bibliotecas. Estes dados nos mostram que a curto e a médio prazo seremos envolvidos na teia destas super-rodovias da informação.

Os usuários destas *infovias* de informação tem como característica uma "automobilidade"[17] definida por Toffler em princípio para os consumidores de artes, mas que pode ser atribuída também a esta nova geração de internautas uma vez que estes apresentam uma "fome" voraz de informação, e uma mobilidade nunca antes registrada na história. Serão estes os futuros usuários das bibliotecas universitárias brasileiras dentro de poucos anos. Portanto, não podemos nos prender a modelos tradicionais de bibliotecas e serviços de informação, uma vez que todo o contexto da sociedade ocidental esta mudando. A busca de um modelo de biblioteca que leve em consideração esta nova realidade se constitui no principal desafio das bibliotecas universitárias.

[17] TOFFLER apud CERTEAU, Michel. Ler uma operação de caça. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petropólis, RJ. Vozes. 1994. 259-73p.

3.2 - O Ciclo da informação

O ciclo da informação divide o universo informacional em dois segmentos: i)o sócio-cultural representado pela produção, editoração, assimilação e nova produção do conhecimento, ii) e o documental representado pela seleção, aquisição, organização e disseminação.



Fonte: DODEBEI. Vera Lúcia et. al. Bibliotecas Universitárias brasileiras: uma reflexão sobre seus modelos.

4 - AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA E CARIBE: A VISÃO NEOLIBERAL.

Com as tecnologias da informatização e comunicação, a queda do socialismo, e a conseqüente homogeinação do sistema capitalista, entendida como a mundialização da economia, os países "em vias de desenvolvimento" foram envolvidos por uma nova forma de política chamada de neoliberalismo. Como neoliberalismo entendemos, em linhas simples, a também chamada modernização da economia para a globalização do mercado. Esta nova fase de acumulo do capital, desta vez em nível mundial simultaneamente, pode ser traduzida segundo Boff[18](1994) por três palavras mágicas: ajustes estruturais, abertura de mercado e estabilização econômica.

Ajustes estruturais entendidos como privatização das empresas estatais, e desregulamentação das atividades econômicas; abertura ao mercado mundial e estabilização econômica visando a diminuição do estado e o aumento das empresas privadas. Tudo isto, para submeter o mundo a lógica, e aos interesses do capital mundialmente integrado.

Os gestores desta nova política podem ser identificados através de alguns órgãos internacionais tais como, o FMI – Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, megaconglomerados, pelo G7 (Grupo dos sete países mais ricos do mundo), e pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Este último lançou recentemente um *Documento de Estratégia* onde é avaliado o ensino superior na América Latina e no Caribe. No seu texto introdutório os autores apontam como motivos para a

realização do documento a preocupação com os rumos do ensino nesta parte do mundo.

> "(...) Como motivação fundamental deste documento, encontra-se a convicção de que é importante contar com uma política de ensino superior. Tal política já seria importante em virtude do substancial investimento de anos de vida de milhões de alunos, grandes gastos públicos, etc. (...) Ademais, por questões de demografia e expansão das matrículas no ensino secundário, mudança econômica e aspirações sociais, o ensino superior na América Latina terá significativo crescimento nos próximos anos. Mas a política de ensino superior é importante também pelo fato de que deve estar vinculada ao desenvolvimento, à formação de sociedades mais produtivas, informadas, prósperas, justas, satisfatórias e democráticas. Embora a educação superior venha desempenhando papéis importantes há séculos, **nunca foi tão grande como hoje a necessidade de formar recursos humanos** para esse fim, através de uma educação formal avançada. A **própria modernização e integração** da América Latina numa economia e numa sociedade cada vez mais global depende significativamente do ensino superior.(...)" (BID,1998,p.2) (grifos nossos)

Esta visão do ensino desconsidera um projeto individual de desenvolvimento próprio de cada país. Para o neoliberalismo, aqui

---

[18] BOFF, Leonardo. A função da Universidade na construção da soberania nacional. 1994[online] Disponível na Internet via WWW.URL: http://www.cnpq.prossiga/p.cientifica

representado pelo BID, o desenvolvimento só faz sentido se inserido numa proposta política, econômica, cultural mundial. Neste sentido, os ajustes estruturais nas universidades nacionais se tornam necessários, muito mais como desarticuladores destas Instituições do que incentivados do desenvolvimento deste tipo de ensino na região.

Segundo Frigotto (1999), o que temos hoje é uma relação conflitante entre as necessidades de um novo padrão da reprodução do capital, onde o progresso técnico assume um papel importante exigindo a qualificação do trabalhador, e as necessidades humanas, que são potencializadas pelo mesmo progresso técnico. Este embate segundo o autor se da no campo da educação, uma vez que é na escola que se prepara o trabalhador.

Por tradição as universidades na América Latina sempre conferiram legitimidade ao Sistema político e econômico. Por outro lado, os centros acadêmicos sempre apresentaram atividades intelectuais de pensamento avançado e contestadores do próprio Sistema.

A pesquisa científica e o conseqüente desenvolvimento econômico e financeiro do cone sul sempre estiveram apoiados nas Universidades, de modo que o controle destes centros se torna uma estratégia política.

Numa análise incompleta, onde a complexidade histórica da região não foi considerada, o BID alega que o desempenho do ensino superior na América Latina é insatisfatório, e destaca como pontos positivos:

a) Formação de profissionais bem preparados para o setor público e privado;
b) Participação de intelectuais na formulação de políticas públicas;

c) Prestação de serviços, principalmente na área da saúde;
d) Disseminação da cultura Nacional e da identidade cultural;

E como deficiências:

a) As condições de subdesenvolvimento que levam a importação de tecnologias;
b) A instabilidade econômica com as limitações orçamentárias refletindo diretamente na ciência e na pesquisa;
c) Falta de mão de obra qualificada para atender a demanda nas atividades de ensino;
d) Uma distribuição desequilibrada nas verbas para educação e;
e) Finalmente, a falta de instrumentos de avaliação do desempenho qualificativo.

Com este diagnóstico o BID constrói uma argumentação da necessidade de se racionalizar os esforços, estabelecendo funções distintas para o ensino superior. Aponta a necessidade de se estabelecer intercâmbios entre as diversas instituições citando a formação de consórcios com especial ênfase para o estreitamento das relações com o mercado de trabalho. Destaca, também, as deficiências dos programas de pós-graduação, alertando para o fato destes programas estarem se desenvolvendo rapidamente.

E, finalmente aponta a necessidade de se criar, através de políticas públicas uma *estrutura de recompensas* onde a "excelência seja premiada e a incompetência punida". Neste sentido, um sistema de valorização serviria para nortear a reordenação do ensino superior levando em consideração as funções necessárias a manutenção e o desenvolvimento da região.

Esta nova ordenação compreenderia a divisão do atual ensino superior em quatro categorias distintas: a) Liderança acadêmica, b) Educação profissional c) Educação técnica, d) Educação superior geral (o ensino "quasi-profissional"). Cada grupo teria uma função pré definida, com necessidades próprias.

Dentro desta visão, a função de liderança acadêmica seria exercida por poucas instituições que teriam como meta: pesquisa, ensino e extensão de alta qualidade, de acordo com normas acadêmicas internacionais convencionais. Com o objetivo de preparar as elites intelectuais, este tipo de ensino necessita de **financiamento público substancial** com um mínimo de intervenção externa direta e invasiva, autonomia e avaliação por pares.

A função de Educação profissional seria exercida tendo como meta o mercado de trabalho específico. Esta atividade requer educação formal avançada, pesquisa e extensão aplicadas. Os mecanismos de gestão e financiamento devem ser orientados pelo mercado, e também pelas associações profissionais. Neste tipo de ensino é desejável que os docentes tenham mais experiência prática.

O Ensino Técnico seria formado por programas curtos de treinamento especializado para cargos de nível médio no mercado de trabalho, com gestão e financiamento orientados também, e não poderia deixar de ser, para o mercado. Apresentando uma flexibilidade de currículos e administração.

E, finalmente, o Ensino Superior Geral que seria orientado para profissões cujo o mercado de trabalho está saturado ou mal definido. Estes

cursos deveriam ser credenciados para o funcionamento e orientados para uma educação geral que possibilitasse a atuação profissional em diversos atividades, seria a formação para o *Toyotismo*.

Com base nestas definições, podemos notar uma forte influência do modelo americano de ensino superior, tal como Wolff[19] apontava em 1969, o que, tem se tornado lugar comum na história da educação brasileira das últimas décadas. Todavia, não podemos deixar de registrar que na sociedade americana, solidamente organizada em comunidades, as bibliotecas ocupam um lugar de destaque, sendo reconhecidas como instituições necessárias e de valor. O que não acontece na sociedade brasileira.

O que é bem visível na fragilidade desta proposta, é o fato de apenas na função de Liderança Acadêmica ser mencionado a importância e a necessidade de bibliotecas. Estas, mereceriam o apoio substancial do governo, o que nos leva a concluir que se os outros tipos de ensino são definidos e geridos em função do mercado, ficaria a cargo deste último os investimentos em bibliotecas. Porém, usando a lógica do mercado podemos deduzir que investir em biblioteca é investir em capital. Sendo assim, devemos encarar que investir em capital é gerar custos, e estes são os primeiros a serem cortados na era da globalização.

O ensino, esteja ele voltado para pesquisa ou formação de mão de obra, necessita de espaços de interlocução, e um destes espaços é a Biblioteca. Se não investirmos nestes espaços estaremos reduzindo as chances de desenvolvimento do país, contribuindo para aumentar a exclusão da nossa

[19] Op. Cit. p.33

sociedade do processo produtivo e da competitividade tão alardeado pelo Neoliberalismo.

Baseado nesta argumentação, bem estruturada, o governo Fernando Henrique Cardoso deu início a um programa amplo de avaliação do ensino superior brasileiro, neste programa um dos itens avaliados é o desenpenho das bibliotecas universitárias.

5 - A REORGANIZAÇÃO DO ENSINO BRASILEIRO: AVALIAÇÃO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Falar de Bibliotecas Universitárias é falar da maior concentração de acervo bibliográfico de todo o país, não existe nenhuma rede de bibliotecas no país que supere o acervo e os serviços especializados prestados por estas instituições, é falar de ensino, pesquisa e desenvolvimento do país, e por causa disto é um tema muito complexo.

Hoje, o que mais ouvimos falar é sobre a avaliação do ensino ministrado e das instituições responsáveis pelo ensino superior no país. Este é um processo que esta sendo construído, com a elaboração de vários instrumentos de coleta de dados referentes as IES. As bibliotecas universitárias, fazendo parte integrante deste sistema, também estão sendo avaliadas independentes de suas estruturas organizacionais.

Nos pareceu ser interessante, avaliarmos os indicadores de qualidade estabelecidos pelo MEC para as bibliotecas universitárias, uma vez que os resultados destas avaliações influenciarão o planejamento e o desenvolvimento das universidades, e consequentemente das bibliotecas nos próximos anos.

Com uma grande sintonia com as diretrizes para o ensino superior editadas pelo BID, o Governo Brasileiro através do Decreto n.º 2.026, de 10 de outubro de 1996 estabeleceu os procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior. No seu artigo primeiro, é definido que a o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior compreenderá entre outras coisas:

A avaliação do ensino de graduação, **por curso, através da análise das condições de oferta** pelas diferentes instituições de ensino e pela análise dos resultados do Exame Nacional de Cursos – ENC ou Provão;

a) avaliação dos programas de mestrado e doutorado, por área do conhecimento.

5.1) Avaliação da Graduação

Dentro da avaliação do ensino de graduação, a análise das condições de oferta pelas instituições de ensino superior considerará:

I. a organização didático-pedagógica;
II. a adequação das instalações físicas em geral;
III. a adequação das instalações especiais, tais como laboratórios, oficinas e outros ambientes indispensáveis à execução do currículo;
IV. a qualificação do corpo docente;
V. as bibliotecas com atenção para o acervo bibliográfico, inclusive livros e periódicos, regime de funcionamento, modernização dos serviços e adequação ambiental.

Para realizar a tarefa de avaliação da "eficiência das bibliotecas universitárias" foram estabelecidos 11 indicadores:

1. Horário adequado para funcionamento dos cursos;
2. Informatização do acervo;

3. Participação em redes como COMUT, BIBLIODATA, CCN;
4. Atualização do acervo integrada biblioteca/curso;
5. Sistema de empréstimo de livros com estatísticas;
6. *Relação acervo aluno(10 volumes por alunos)*[20];
7. *Assinaturas atualizadas de periódicos (10 títulos por curso)*[21];
8. Equipamentos adequados para utilização dos usuários;
9. Espaço fisico adequado para salas de leitura e de trabalhos individuais ou em grupos;
10. Pessoal técnico administrativo adequado ;
11. Assinaturas de jornais e revistas de atualidades.

A atribuição de conceitos seguirá o critério de atendimento de itens:

A = + de 8 itens

B = 8 itens

C = 7 itens

D = - de 7

Como ainda não dispomos de um balanço destas avaliações semelhante ao divulgado pela CAPES para a pós-graduação, isto em função de apenas alguns cursos terem sidos avaliados. Fica difícil tecer algum comentário quanto os resultados obtidos até agora.

A análise ficará restrita aos indicadores, que apresentam uma diferenciação quanto a natureza. Os itens de 1 a 5 são mensuráveis, do tipo sim ou não, assim como também o são os de 8 a 11. Nos pareceu, serem os itens 6 e 7 os mais problemáticos, uma vez que, o sim ou o não podem esconder algumas peculiaridades de cada área.

[20]Número relativos ao curso de Ciências Jurídicas.

Outro ponto a ser considerado é a forma de organização e produção do conhecimento de cada área. A forma disciplinar dos cursos particulariza a formação e desenvolvimento dos acervos. Assim como, dados referentes ao histórico dos cursos, estas informações são extremamente relevantes e merecem serem consideradas numa análise de oferta de informação.

5.2) Avaliação da Pós-Graduação

As principais decisões do Conselho Técnico Científico da CAPES referentes à Avaliação da Pós-Graduação 1998, definiu como critérios para avaliação:

I. - A avaliação foi efetuada por programa de pós-graduação e não mais separadamente por curso (mestrado ou doutorado).

II.- Todos os programas cadastrados na CAPES e recomendados pelo GTC até dez/97 foram avaliados, recebendo conceitos.

III. - A escala de classificação foi composta por sete níveis de conceitos - de 1 a 7 - sem frações.

IV. - Conceitos superiores a 5 (cinco) somente foram atribuídos a programas que mantenham curso de doutorado.

V. - Os parâmetros estabelecidos pelas Comissões de Área para compor o "Perfil de um Curso A" corresponderam na Avaliação de 1998 ao perfil dos programas com conceito 5 (cinco).

---

[21] Idem

Os critérios[22] utilizados foram:

1. Corpo Docente;
2. Atividades de Ensino e de Pesquisa;
3. Atividades de Orientação;
4. Produção Acadêmica Docente;
5. Participação na Graduação;
6. Produção e Titulação do Corpo Discente;
7. Infra-estrutura.

Os critérios dizem respeito *a produção e disseminação de conhecimento*, não sendo estabelecido indicadores específicos para bibliotecas como no caso dos cursos de graduação. Apenas no item de Infra-estrutura é mencionado a biblioteca sendo necessário "um acervo atualizado e compatível com os programas desenvolvidos, apoio técnico e de recursos de informática." Na realidade, esta avaliação apresenta implicitamente a importância de uma boa biblioteca, que sirva de suporte para estas atividades.

5.3 - A efetivação da avaliação: quatro momentos básicos:

- Primeiro momento

- Análise pelas Comissões de Área do conjunto de programas de pós-graduação e enquadramento de cada um dos programas em um dos cinco primeiros níveis da escala: 1, 2, 3, 4 ou 5.

[22] Para conhecimento do texto na integra ver INFOCAPES, v.2 n.3 jul./set. 1994. P.13-14

- Segundo momento

- Análise pelas Comissões de Área dos programas enquadrados no momento anterior no nível 5, isto é, daqueles que apresentam um perfil pelo menos correspondente ao estabelecido como "Perfil de um Curso A", submetendo-os aos referenciais de excelência de desempenho estabelecidos para os níveis 6 e 7 da escala. Tais referenciais são delineados pelo atendimento do conjunto das seguintes exigências:

a) desempenho diferenciado (em nível compatível com padrões internacionais) no que diz respeito à produção científica, cultural, artística ou tecnológica;

b) competitividade em nível compatível com programas similares de excelente qualidade no exterior;

c) demonstrações evidentes de que seu corpo docente desempenha **papel de liderança e representatividade na sua respectiva comunidade**;

- A atribuição do conceito 7 (sete) é restrita exclusivamente a programa com desempenho claramente destacado dos demais, inclusive daqueles que obtiverem o conceito 6 (seis).

- Da análise correspondente a esta etapa poderá resultar ou não o enquadramento de programas nos dois níveis mais elevados da escala.

- Terceiro momento

- Apreciação pelo Conselho Técnico-Científico, CTC, dos resultados correspondentes a cada área e ao conjunto de resultados referentes a cada

grande área. Esta apreciação visa a assegurar um mínimo de coerência e uniformidade ao processo de avaliação das diferentes áreas e a permitir a composição de uma visão integrada do desempenho do sistema de pós-graduação.

- Homologação pelo CTC dos resultados da Avaliação correspondentes a cada área.

- Quarto momento: Divulgação dos resultados

O resultado desta avaliação encontra-se disponível através do Relatório Síntese 1998 (publicado em papel) e através da Internet na home page da CAPES.

A divulgação do resultado desta análise originou o "ranking Nacional da Pós-Graduação", este ranking parece estar subsidiando a atual distribuição de verbas para as IES. O corte realizado na verba de manutenção das assinaturas de periódicos estrangeiros para o ano de 1999 é no mínimo, preocupante. Principalmente porque mais uma vez coincide com as diretrizes do BID.

Configura-se uma divisão nas IES em categorias, articuladas principalmente, pela possibilidade de oferta e geração de informações.

6 - AS MELHORES UNIVERSIDADES BRASILEIRAS E SUAS BIBLIOTECAS

De acordo com o *ranking* da pós-graduação no Brasil, recentemente divulgado pela CAPES/MEC observamos que entre as 15 primeiras instituições de ensino do país, onze são instituições federais de ensino superior, e quatro instituições estaduais também de ensino superior.

Partindo da premissa que a pesquisa e a produção de conhecimento gerados pela universidade são desenvolvidas pelos cursos de pós graduação, e considerando que estas atividades são apoiadas pelo uso efetivo dos serviços de bibliotecas, podemos concluir que estas instituições também possuem as melhores bibliotecas brasileiras. Por isto escolhemos estas instituições como objeto de estudo. A seguir relacionamos as cinco primeiras colocadas ordenadas pela posição que ocupam no *ranking*.

1°. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG;
2°. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP;
3°. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ;
4°. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS;
5°. Universidade de Brasília – UnB.

Na tarefa de análise dos modelos de bibliotecas universitárias destas instituições vamos observar dois aspectos relevantes da estrutura universitária e suas implicações no desenvolvimento das bibliotecas: em primeiro lugar a posição que as bibliotecas ocupam na hierarquia

universitária e a representação desta unidade no orçamento geral da universidade.

Em segundo lugar, observaremos as políticas de formação de acervos , e oferta de serviços de informação, este último aspecto analisando os investimentos realizados na aquisição de software e equipamentos.

O objetivo é coletar dados de dois momentos destas instituições, que possibilitem compor os cenários norteadores das trajetórias percorridas por cada uma delas no desenvolvimento e modernização de suas bibliotecas, tentando desta forma traçar o modelo de biblioteca universitária brasileira.

6.1 – Quadros e Gráficos comparativos

A simples contabilidade de número de volumes por alunos, não pode representar a excelência de uma instituição. Outros fatores com certeza devem influenciar. Mas quais serão?

Nos gráficos e tabelas que se seguem relacionamos dois cenários. O primeiro diz respeito as informações referentes ao estudo de Chastinet que tem como base a situação das bibliotecas em 1988, período marcado por uma grande quantidade de trabalhos que analisaram vários aspectos da situação das bibliotecas da IFES e forneceram diretrizes seguras para o desenvolvimento de nossas bibliotecas. E o segundo cenário refere-se a dados de 1995 obtidos no Catálogo do CRUB, onde após um intervalo de sete anos podemos observar os resultados das ações desenvolvidas na primeira fase do PNBU.

No primeiro quadro apresentamos um panorama das cinco universidades em 1995, optamos por apresenta-las por ordem de fundação. A mais antiga, UFRJ, foi criada em 1920, o que evidencia como as universidades são novas em nossa sociedade. Este dado tem uma forte relação com a formação de acervos, uma vez que a produção do conhecimento na ciência moderna se faz por acumulo de informações. Arrolamos o quantitativo de alunos, número de cursos, dados referentes aos acervos e estrutura organizacional das bibliotecas(se centrais únicas, ou centrais com setoriais).

O segundo quadro e o gráfico número um demonstram a evolução dos acervos nos períodos 1988 e 1995. Neste gráfico podemos observar um crescimento bem significativo nos acervos da UFRJ e UFMG e um aparente decréscimo na UnB e UFRGS. O terceiro quadro demonstra os recursos de orçamento e provenientes de convênios alocados as bibliotecas em 1988.

No segundo gráfico apresentamos a evolução do contingente de alunos e podemos observar um aumento significativo dos números em quase todas as universidades. A UFRJ foi a Universidade que mais cresceu, praticamente triplicou seu quadro de discentes, já a UFMG e a UFRGS tiveram um crescimento discreto.

Finalmente o último gráfico, o de oferta de material bibliográfico por alunos, sem dúvida é o mais interessante de todos, porque nos permite deduzir que o quantitativo de acervo por aluno, analisado de forma isolada, não é um bom indicador da qualidade do ensino oferecido. Ele apenas demonstra que o acervo ofertado não evoluiu na mesma proporção do crescimento do número de alunos no ensino superior.

A única universidade que apresentou um crescimento na oferta de informação bibliográfica foi a UFMG, as demais UFRJ, UFRGS e UnB apresentaram uma queda neste item, em função do aumento do número de alunos. No caso específico das duas últimas este fator foi agravado em função do aparente decréscimo da evolução dos acervos.

QUANTIDADE DE ACERVO POR ALUNO POR UNIVERSIDADE

Instituições Universitárias	Ano de Fundação	Número de alunos	Número de cursos	Turnos de ensino	Biblioteca Central		Biblioteca Setorial			Número de livros por aluno	Número de periódicos por aluno
					Acervo			Acervo reunido			
					Livros	Periódicos	Unidades	Livros	Periódicos		
UFRJ	1920	34.310	53	3	10.596	25	43	987.991	43.777	29,10	1,28
UFMG	1927	20.719	38	3	59.934	7.708	28	734.462	37.946	38,34	2,20
UFRGS	1934	20.940	45	3	49.715	449	29	404.593	14.571	21,70	0,72
UnB	1961	16.232	44	3	245.544	7.938	1	-	-	15,13	0,49
UNICAMP	1966	11.743	41	3	51.952	385	2	43.206	333	8,10	0,06

Quadro 1
Dados de 1995

COMPARATIVO DA EVOLUÇÃO DO ACERVO/ALUNO NAS UNIVERSIDADES

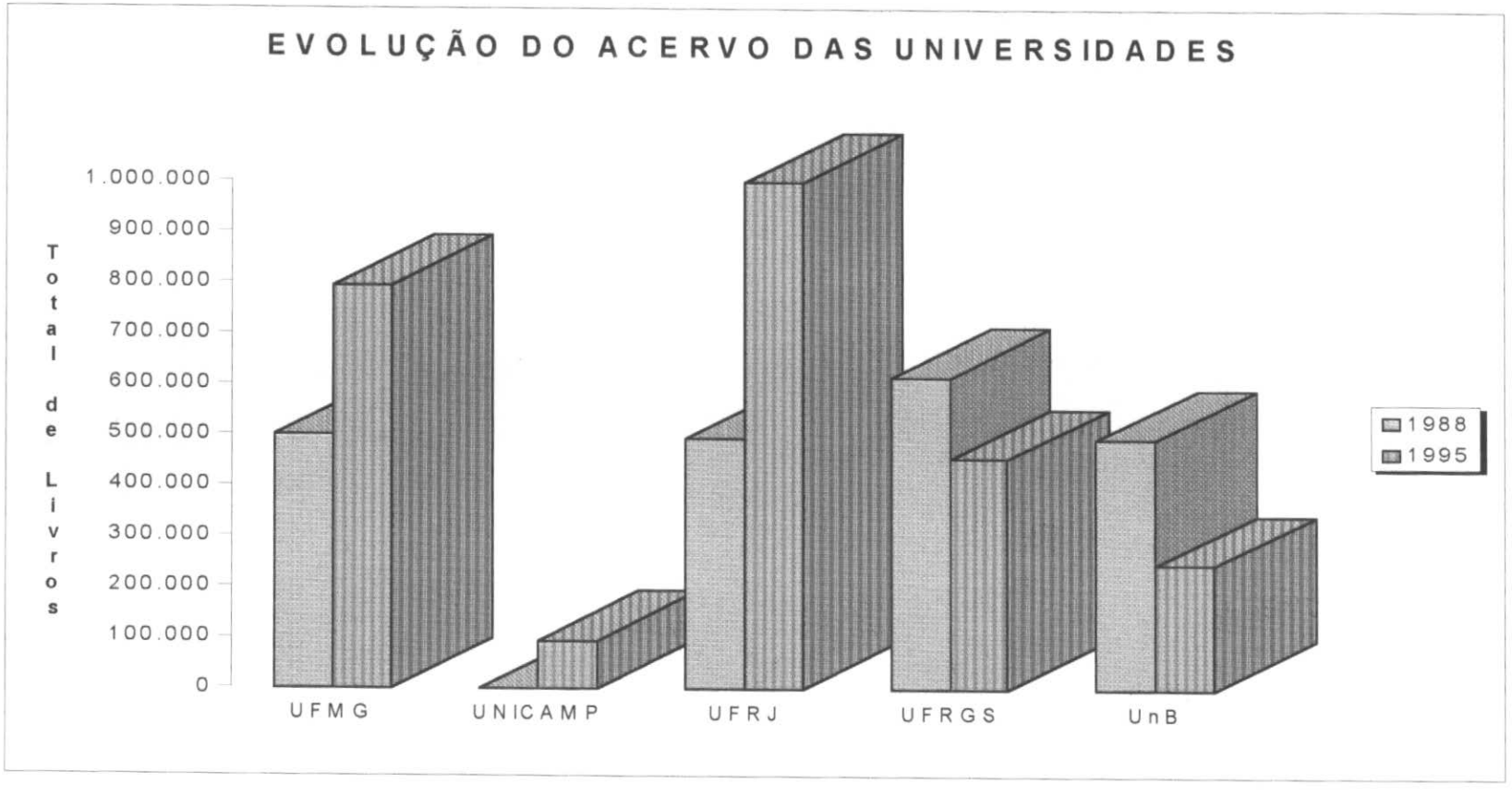
Universidades	Relação acervo/aluno em 1988			Relação acervo/aluno em 1995		
	ACERVO TOTAL (LIVROS)	número total de alunos	Número de livros por aluno	ACERVO TOTAL (LIVROS)	número total de alunos	Número de livros por aluno
UFMG	500.000	16.340	30,60	794.396	20.719	38,34
UNICAMP	-	-	-	95.158	11.743	8,10
UFRJ	493.308	12.665	38,95	998.587	34.310	29,10
UFRGS	615.292	16.192	38,00	454.308	20.940	21,70
UnB	493.308	8.731	56,50	245.544	16.232	15,13

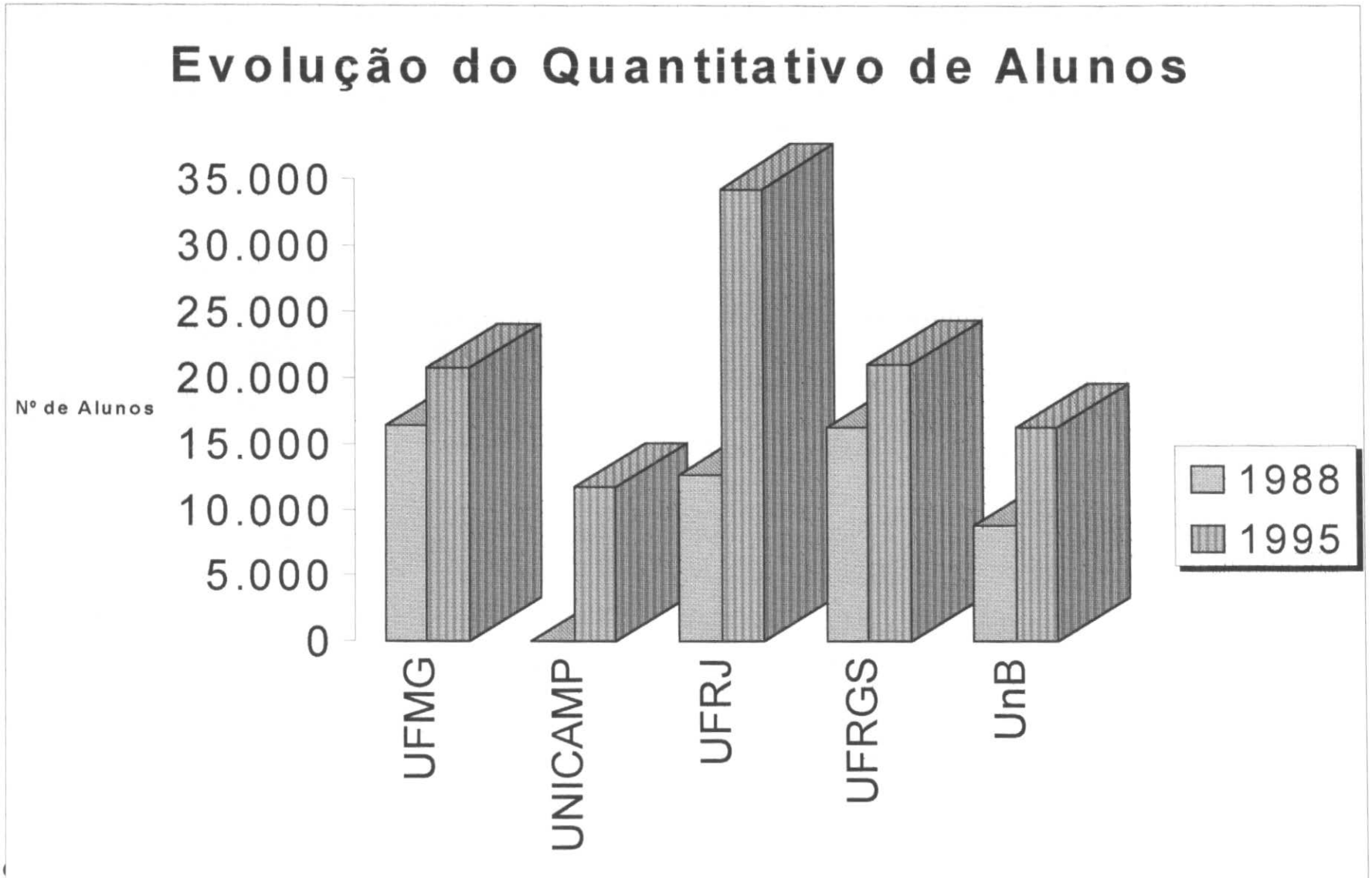
Quadro 2

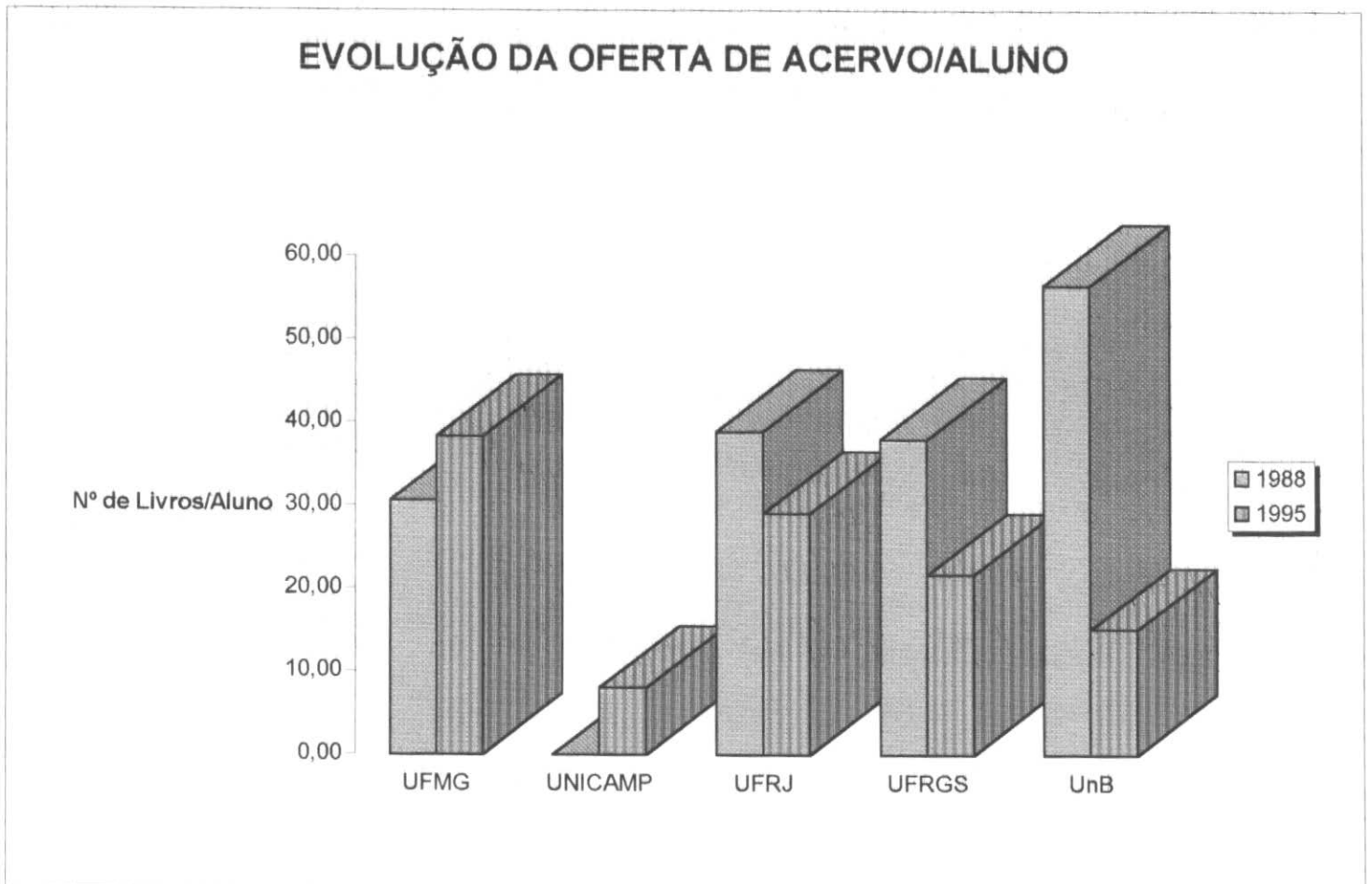
RECURSOS DO ORÇAMENTO DA IFES ALOCADOS AS BIBLIOTECAS			
Universidades	Valor em OTN*	Percentual do orçamento total da IFES	Recursos externos
UFMG	320.014	9,66%	51,67%
UNICAMP	-	-	-
UFRJ	160.641	3,00%	62,48%
UFRGS	76.873	3,23%	63,27%
UnB	123.518	6,90%	31%

Quadro 3

Gráfico 1


EVOLUÇÃO DO ACERVO DAS UNIVERSIDADES
Total de Livros
1.000.000
900.000
800.000
700.000
600.000
500.000
400.000
300.000
200.000
100.000
0
UFMG
UNICAMP
UFRJ
UFRGS
UnB
1988
1995


Evolução do Quantitativo de Alunos
Nº de Alunos
35.000
30.000
25.000
20.000
15.000
10.000
5.000
0
UFMG
UNICAMP
UFRJ
UFRGS
UnB
1988
1995


EVOLUÇÃO DA OFERTA DE ACERVO/ALUNO
Nº de Livros/Aluno
60,00
50,00
40,00
30,00
20,00
10,00
0,00
UFMG
UNICAMP
UFRJ
UFRGS
UnB
1988
1995

6.2 - Limitações da Análise

A ausência de alguns dados não permitiu uma análise mais aprofundada destas Instituições, o que acabou dificultando a obtenção do modelo de biblioteca universitária nacional. Abaixo relacionamos as principais dificuldades encontradas.

Cenário - 1988

O estudo de Chastinet nos informa dados gerais relacionados a acervos e orçamentos das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. O que justifica a ausência dos dados relativos a UNICAMP (Instituição Estadual);

Os dados referentes ao quantitativo de alunos também não aparecem individualizados o que nos obrigou a realizar o cálculo a partir dos dados fornecidos no anexo 3 do referido trabalho.

A autora trabalha com a relação livro/aluno não incluindo os números referentes a periódicos. Por este motivo, também não incluímos estes dados no calculo referente a 1995;

Cenário - 1995

Os dados referentes ao ano de 1995, embora integrem uma publicação oficial do CRUB, necessitam ser confirmados pelas instituições,

principalmente a UnB e a UFRGS. Estas instituições apresentaram um decréscimo no desenvolvimento de seus acervos.

Outro fator que merece ser esclarecido diz respeito a estrutura organizacional da UnB, no catálogo do CRUB aparece uma biblioteca setorial sem acervo. Em informações capturadas na Internet há a sinalização que existe acervo, inclusive com o serviço de empréstimo domiciliar.

No que diz respeito a situação de informatização será necessário localizar mais fontes de referência que focalizem este aspecto.

E finalmente a dificuldade de obter dados de orçamentos relativos a agências de fomento (CAPES, CNPq, FINEP) nos programas recentes que incluem formação ou fortalecimento de acervos. Estes dados são extremamente importantes uma vez que é muito difícil estas agências abrirem linha de crédito específicas para bibliotecas, a única exceção atualmente é a CAPES com seu programa de aquisição de periódicos estrangeiros, e livros para graduação.

De acordo com os dados levantados, apesar das lacunas neste primeiro momento, podemos dizer com base neste levantamento, que o modelo de biblioteca universitária brasileira, apresenta uma estrutura organizacional sistêmica com um órgão central coordenador e pelo menos uma unidade de prestação de serviços.

Que a relação acervo/aluno se mantém baixa não alcançando a média de cinqüenta volumes por alunos. Porém este índice não parece influenciar

diretamente no desempenho das Instituições uma vez que as instituições avaliadas obtiveram o "selo de qualidade" do MEC. Algum item, que não acervo, parece influenciar no desempenho das bibliotecas.

Não pudemos avaliar o percentual do orçamento próprio de cada universidade destinado as bibliotecas, porque não localizamos os dados referentes a 1995.

A oferta de serviços automatizados encontram se em fase de implantação em todas as universidades. Sendo a compra de software de gerenciamento integrado dos serviços uma tendência. Estes softwares, em alguns casos, estão sendo adquiridos no mercado internacional, o que demonstra um certo grau de preparo dos técnicos responsáveis por este serviço e por outro lado, a disposição destas instituições em investir nos serviços de biblioteca. Mas há também, instituições desenvolvendo suas próprias ferramentas, dentro de um padrão internacional de tecnologia disponível evitando, desta forma adquirir pacotes fechados que não correspondem a sua realidade. Desta forma fica configurado um amplo leque de opções de gestão de informatização de bibliotecas.

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construir um modelo de bibliotecas universitárias brasileiras nos parece ser uma tarefa muito difícil, primeiro porque o próprio conceito de "modelo" não encontra mais lugar no mundo globalizado. E também porque não dispomos de um modelo de Universidade no Brasil que sustente a identidade de suas bibliotecas.

Não temos uma universidade brasileira por vários motivos: históricos, sociais, econômicos, culturais e principalmente políticos. Estes, comuns aos países periféricos, são os responsáveis pelas decisões verticais que conduzem ao desenvolvimento, estagnação ou morte das instituições.

Outro motivo, não tão visível, pode ser atribuído ao inconsciente da comunidade acadêmica brasileira comprometida com modelos externos à nossa sociedade. O que dificulta um pensar criativo voltado a solução de nossos problemas, produzindo instituições sociais descomprometidas com o desenvolvimento do país.

Muitas são as transformações vivenciadas por nossa sociedade neste final de século, algumas bem traumáticas como as questões que se apresentam com a globalização da economia, traduzidas como destruição das instituições nacionais no âmbito público e privado. Estas transformações convivem com o avanço tecnológico que permite ao mesmo tempo aproximar e separar a produção humana.

E, o que podemos sentir neste mundo globalizado é uma aumento, e significativo fortalecimento, de organizações minoritárias, que ameaçadas unem se para reivindicar e propor soluções para seus problemas. Nada de novo, até a presente data, todas as vezes que a humanidade mergulhou em crises da mesma proporção que vivenciamos hoje chegou se a saídas que de alguma forma marcaram e nos fizeram progredir.

Neste sentido, a crise que a Universidade brasileira vem enfrentando nos leva a um momento crítico que, em princípio, sinaliza com duas alternativas: a) ou nos unimos e produzimos uma alternativa realista de universidade ou b) a julgar pela política do atual governo, morreremos à mingua.

A atual política do governo de avaliação e classificação das IES, perfeitamente sintonizadas com as diretrizes Neoliberais, delineiam o futuro do ensino superior. Os muitos problemas enfrentados pelas Bibliotecas Universitárias no nosso país, tiveram origem na negligencia por parte do governo pelo setor. A falta de continuidade nas políticas de apoio e desenvolvimento a estas instituições resultaram nos baixos índices de hoje. Por isto as avaliações sobre estes órgãos são no mínimo curiosas.

O que podemos deduzir pelo rumo das avaliações é que este processo irá definir cada "modelo de universidade". Sendo assim, teremos alguns modelos de bibliotecas universitárias coexistindo. A estas bibliotecas caberá independente de sua estrutura organizacional, acompanhar e auxiliar a comunidade acadêmica na busca de soluções para o desenvolvimento de nossa sociedade, e de seu modelo de biblioteca universitária.

8 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. Departamento de Desenvolvimento Sustentável. **Educação superior na América Latina e no Caribe**: documento de estratégia. Washington, D.C. 1998. 47p.

BOFF, Leonardo. A função da Universidade na construção da soberania nacional.1994[online] Disponível na Internet via WWW.URL: http://www.prossiga.br/cgi-bin Arquivo capturado em 23/02/99.

BORGES, Jorge Luís. A biblioteca de Babel. **Ficções.** 7 ed. São Paulo: Globo, 1997. 84-92p.

BUARQUE, Cristovam. **A aventura da universidade**. São Paulo: UNESP, 1994.

BUARQUE, Cristovam. **O colapso da modernidade brasileira**: uma proposta alternativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BUFFA, Ester. Educação e cidadania burguesas. In: **Educação e cidadania.** São Paulo: Cortez. 1993.p.11-29

CALDEIRA, Jorge. **Viagem pela História do Brasil.** São Paulo: Cia. das letras, 1997 (CD-ROM)

CAVALCANTI, Cordélia Robalinho. **Da Alexandria do Egito à Alexandria do Espaço**. Brasília: Thesaurus, 1996. 24.1.2.2

CERTEAU, Michel. Ler uma operação de caça. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petropólis, RJ. : Vozes.1994. 259-73p.

CHARLE,C. VERGER, J. **História das universidades**. São Paulo: EDUSP, 1996. p.64-65

CHARTIER, Roger, CAVALLO, Guglielmo. Introdução. **História da leitura no mundo ocidental**. V.1 São Paulo: Ática. 1998.

CHASTINET, Y. **Bibliotecas das instituições de ensino superior**: remontar ou desmontar. Brasília: PNBU. 1988.(mimeo.)

DODEBEI. Vera Lúcia et. al. **Bibliotecas universitárias brasileiras**: uma reflexão sobre seus modelos.1998 [online] Disponível na Internet via URL: http://acd.ufrj.br/sibi/

ENSINO Jurídico OAB: 170 anos de cursos jurídicos no Brasil. Brasília: OAB, 1997. 213p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e formação humana: ajuste neoconservador...In: GENTILI, Pablo A.A., SILVA, Tomaz Tadeu da(org.) **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 7.ed. Rio de Janeiro: Vozes.1999.p. 31-92

INFOCAPES. Boletim informativo da CAPES, Brasília v.2 n.3. jul./set. 1994.

ISTO é. Seu futuro: roteiro do vestibulando. As melhores universidades. São Paulo. Editora três. n.1509 (número especial)

MARTINS, W. **A palavra escrita**. São Paulo: Ática. 1996.

MIRANDA, Antônio. **Biblioteca e universidade**: reforma e contra-reforma. [Brasília]. s.d. (mimeografado)

MORIN, Edgar.. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1998. Cap. A antiga e a nova transdisciplinariedade. 135-140p

OLIVEIRA, José T. **A fascinante história do livro**. Rio de Janeiro: Kosmos, 1987. (v.3 – Idade Média)

PINTO, Álvaro Vieira. **A questão da universidade**. São Paulo: Cortez. 1986.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1969.307p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento.1995

SILVA FILHO, José Tavares da. **De Ebla na Mesopotâmia à virtualidade** : uma trajetória para preservação. [online] Disponível na Internet via URL: http://acd.ufrj.br/sibi/ Arquivo capturado em 00/11/98

HISTÓRIA das universidades. **Ensino superior no Brasil.** São Paulo: Estrela Alfa[s.d.] p.417-445

WOLFF, Robert Paul. **Ideal da universidade**. São Paulo: UNESP, 1993.201p.

RESUMO

Discute a existência de um modelo de biblioteca universitária brasileira, descrevendo brevemente a evolução da relação entre universidades e bibliotecas, o surgimento, desenvolvimento e as influências de modelos externos nas duas instituições no Brasil. Analisa as novas diretrizes Neoliberais para o ensino superior e o lugar das bibliotecas neste novo cenário assim como os padrões estabelecidos para as avaliações executadas pelo governo Federal no setor, e a conseqüência destas avaliações na produção de um modelo de biblioteca universitária brasileiro. Mudanças ocasionadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação, suas influências nos serviços de bibliotecas e nos futuros universitários também são abordadas. Evidenciando a dificuldade em se ter um único modelo de biblioteca universitária, tendo em vista a diversidade de fatores políticos e sociais que atuam na construção da universidade brasileira.

identificar o modelo de biblioteca universitária brasileira analisando o produto da avaliação do governo: o *ranking* das melhores universidades do país neste final de século.

UNI-RIO
Universidade do Rio de Janeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO – PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

FORMAÇÃO DE DOCENTES UNIVERSITÁRIOS
AVALIAÇÃO DE MONOGRAFIA

PARECER FINAL DO ORIENTADOR

Título da Monografia : BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS. EXISTE MODELO?

Pós-Graduando : MÁRCIA VALÉRIA DA SILVA BRITO COSTA

Parecer :

O trabalho de pesquisa da pós-graduanda foi ótimo, trazendo uma boa contribuição para a reflexão sobre a instituição "biblioteca universitária". Encontramos dados recentes sobre o acervo e a situação das bibliotecas universitárias no Brasil. Porém, a pós-graduanda entregou a monografia sem "resumo" e com a "Introdução" incompleta. Sendo assim, lhe concedo nota 9,0 (nove).

Data : 07/06/1999.

Orientador : Angela Maria Souza Martins